

NFS-e - NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA			
Nº:2021/2	Emitida em: 04/01/2021 às 15:28:59	Competência: 04/01/2021	Código de Verificação: cb399ac8
	FREDERICO SA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA CPF/CNPJ: 33.507.928/0001-16 Inscrição Municipal: 1147754/001-0 RUA ULISSES MARCONDES ESCOBAR, 205, APT 401, Buritis - Cep: 30575-110 Belo Horizonte MG Telefone: Email:		
Tomador do(s) Serviço(s)			
CPF/CNPJ: 025.051.016-20		Inscrição Municipal: Não Informado	
FREDERICO BORGES DA COSTA			
PRAÇA CARLOS CHAGAS, 49, 901, SANTO AGOSTINHO - Cep: 30120-020		MG	
Belo Horizonte		Email: Não Informado	
Telefone: Não Informado			
Discriminação do(s) Serviço(s)			
CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA NO MES 12/2020			
Valor aproximado dos tributos: 6%			
Código de Tributação do Município (CTISS)			
1714-0/01-88 / Advocacia			
Subitem Lista de Serviços LC 116/03 / Descrição:			
17.14 / Advocacia.			
Cod/Município da incidência do ISSQN:		Natureza da Operação:	
3106200 / Belo Horizonte		Tributação no município	
Regime Especial de Tributação: ME ou EPP do Simples Nacional			
Valor dos serviços:	R\$ 8.000,00	Valor dos serviços:	R\$ 8.000,00
(-) Descontos:	R\$ 0,00	(-) Deduções:	R\$ 0,00
(-) Retenções Federais:	R\$ 0,00	(-) Desconto Incondicionado:	R\$ 0,00
(-) ISS Retido na Fonte:	R\$ 0,00	(=) Base de Cálculo:	R\$ 8.000,00
Valor Líquido:	R\$ 8.000,00	(x) Alíquota:	-
		(=)Valor do ISS:	-
Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional. Não gera direito a credito fiscal de IPI.			
	Prefeitura de Belo Horizonte - Secretaria Municipal de Fazenda Rua Espírito Santo, 605 - 3º andar - Centro - CEP: 30160-919 - Belo Horizonte MG. Dúvidas: SIGESP		

RECIBO

Recebi de Frederico Borges da Costa, Deputado Federal Fred Costa, inscrito no CPF sob o nº 025.051.016-20, a quantia de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Os valores são relativos aos serviços de consultoria e assessoria jurídica prestados do dia 16 de novembro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, atestado pela Nota Fiscal nº 02/2021, nos termos do contrato celebrado entre as partes e especialmente conforme abaixo:

- ✓ Acompanhamento da tramitação dos Projetos de Leis de autoria do Deputado Fred Costa na Câmara Federal de nºs: PL 61/2019, PL 2717/2019, PL 45/2019, PL 46/2019, PL 50/2019, PL 59/2019, PL 54/2019, PL 44/2019, PL 43/2019, PL 56/2019, PL 60/2019, PL 51/2019, PL 57/2019, PL 41/2019, PL 710/2019, PL 62/2019, PL 42/2019, PL 753/2019, PL 58/2019, PL 48/2019, PL 49/2019, PL 53/2019, PL 47/2019, PL 2031/2019, PL 4254/2019, PL 4898/2019, PL 4940/2019, PL 4964/2019, PL 4841/2019, PL 5400/2019, PL 6072/2019, PL 6243/2019, PL 6319/2019, PL 6461/2019, PL 6494/2019, PL 1161/2020, PL 1115/2020, PL 1527/2020, PL 2297/2020, PL 2397/2020, PL 2730/2020, PL 2938/2020, PL 4102/2020, PL 4103/2020, PL 4206/2020, PL 4438/2020, PL 5291/2020, PL 5292/2020, PL 5481/2020.

- ✓ Acompanhamento da tramitação da Proposta de Emenda a Constituição - PEC nº 200/2019 de autoria do Deputado Fred Costa e outros.

- ✓ Acompanhamento da tramitação dos Projetos de Leis de autoria do Deputado Fred Costa na Assembleia Legislativa de Minas Gerais de n°s: PL 5083 2018, PL 4915 2018, PL 4451 2017, PL 4262 2017, PL 4063 2017, PL 3418 2016, PL 3416 2016, PL 3415 2016, PL 3414 2016, PL 3412 2016, PL 3403 2016, PL 3265 2016, PL 2930 2015, PL 2855 2015, PL 2854 2015, PL 2843 2015, PL 2835 2015, PL 2717 2015, PL 2170 2015, PL 1700 2015, PL 1481 2015, PL 1325 2015, PL 1306 2015, PL 1305 2015, PL 1287 2015, PL 1233 2015, PL 925 2015, PL 854 2015, PL 814 2015, PL 801 2015, PL 558 2015, PL 526 2015, PL 512 2015, PL 511 2015, PL 506 2015, PL 490 2015, PL 468 2015, PL 369 2015, PL 343 2015, PL 337 2015, PL 335 2015, PL 325 2015, PL 322 2015, PL 247 2015, PL 207 2015, PL 198 2015, PL 197 2015, PL 182 2015, PL 181 2015, PL 131 2015, PL 130 2015, PL 109 2015, PL 105 2015, PL 96 2015, PL 87 2015, PL 86 2015, PL 80 2015, PL 69 2015, PL 66 2015, PL 65 2015, PL 57 2015, PL 52 2015, PL 21 2015, PL 20 2015.

- ✓ Estudo técnico jurídico para apresentação do PL 5291/2020, de autoria do Deputado Fred Costa, que *“Dispõe sobre o atendimento médico-veterinário gratuito a cães e gatos resgatados da rua ou adotados de abrigos para animais.”*

- ✓ Estudo Técnico jurídico para apresentação do PL 5292/2020, de autoria do Deputado Fred Costa, que *“Classifica como crime de maus-tratos a realização de onicectomia.”*

- ✓ Acompanhamento da votação em 2º turno do PL 4752/2017 de autoria do Deputado Fred Costa, em tramitação na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, ocorrida no dia 25/11/2020, que *“Acrescenta parágrafo único ao art 1º da Lei 22.231, de 20 de junho de 2016, que trata da definição de maus-tratos contra animais no Estado de Minas Gerais”*, cuja votação culminou na aprovação na forma do Substitutivo 1 ao vencido em primeiro turno.

- ✓ Estudo técnico jurídico para apresentação do PL 5481/2020, de autoria do Deputado Fred Costa, que *“Institui no âmbito nacional, a “campanha dezembro verde”, dedicada a ações de conscientização contra o abandono de animais e dá outras providências.”*

- ✓ Estudo Técnico jurídico da MPV 993/2020 que *“Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.”*

- ✓ Estudo Técnico jurídico da MPV 996/2020 que *“Institui o Programa Casa Verde e Amarela; altera as Leis nºs 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.100, de 5 de dezembro de 1990, 8.677, de 13 de julho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 11.977, de 7 de julho de 2009, 12.024, de 27 de agosto de 2009, 13.465, de 11 de julho de 2017, e 6.766, de 19 de dezembro de 1979; e revoga a Lei nº 13.439, de 27 de abril de 2017.”*

- ✓ Estudo Técnico jurídico do PL 4199/2020 que *“Institui o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar e altera a Lei nº 5.474, de 18 de*

julho de 1968, a Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e a Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004.”

- ✓ Estudo Técnico jurídico do PDC 861/2017 que *“Aprova o texto da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, adotada na Guatemala, por ocasião da 43ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, em 05 de junho de 2013.”*

- ✓ Estudo Técnico jurídico do PL 1369/2019 que *“Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, tipificando o crime de perseguição e dá outras providências.”*

- ✓ Estudo Técnico jurídico do PL 4287/2020 que *“Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para incluir o Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher como instrumento de implementação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS).”*

- ✓ Estudo Técnico jurídico do PL 5091/2020 que *“Altera a Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, para tipificar o crime de violência institucional.”*

- ✓ Estudo Técnico jurídico do PRC 54/2020 que *“Dá ao corredor de acesso ao Plenário da Câmara dos Deputados a denominação Tereza de Benguela.”*

- ✓ Estudo Técnico jurídico do PRC 55/2020 que “*Dá ao Plenário 11 do Anexo II da Câmara dos Deputados a denominação Anésia Pinheiro Machado.*”

- ✓ Estudo Técnico jurídico do PRC 59/2020 que “*Dá ao Plenário 13 do Anexo II da Câmara dos Deputados a denominação Marília Chaves Peixoto.*”

- ✓ Estudo Técnico jurídico do PRC 71/2020 que “*Dá ao Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados a denominação Ceci Cunha.*”

- ✓ Estudo Técnico jurídico do PL 349/2015 que “*Estabelece normas para prevenir, sancionar e combater a violência política contra a mulher; e altera as Leis nºs 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 9.504, de 30 de setembro de 1997.*”

- ✓ Estudo Técnico jurídico do PL 123/2019 que “*Altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para incluir os programas de combate e prevenção de violência contra a mulher como modalidade de projeto apoiado pelo Fundo Nacional de Segurança Pública e altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, autorizando o uso de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública em ações envolvendo prevenção e combate à violência doméstica e familiar.*”

- ✓ Estudo Técnico jurídico do PL 4372/2020 que “*Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição*

Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências.”

- ✓ Estudo Técnico jurídico do PL 9382/2017 que *“Altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, para dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, guia-intérprete e intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras).”*

- ✓ Estudo Técnico jurídico do PLP 133/2020 que *“Institui transferências obrigatórias da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por prazo ou fato determinado; declara atendida a regra de cessação contida no § 2º do art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT); e altera a Lei nº 13.885, de 17 de outubro de 2019.”*

- ✓ Estudo Técnico jurídico do PLP 146/2019 que *“Institui o marco legal das startups e do empreendedorismo inovador; e altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.196, de 21 de novembro de 2005, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.”*

- ✓ Estudo Técnico jurídico do PLN 9/2020 que *“Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021 e dá outras providências.”*

- ✓ Estudo Técnico jurídico do PLN 41/2020 que “*Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor de R\$ 93.020.997,00, para os fins que especifica.*”

- ✓ Estudo Técnico jurídico do PLN 29/2020 que “*Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Regional e do Turismo, crédito suplementar no valor de R\$ 48.338.517,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.*”

- ✓ Estudo Técnico jurídico do PL 1013/2020 que “*Suspende o pagamento do parcelamento de dívidas no âmbito do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (Profut), criado pela Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, durante a vigência de calamidade pública nacional reconhecida pelo Congresso Nacional; e altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, e 10.671, de 15 de maio de 2003.*”

- ✓ Estudo Técnico jurídico da MPV 998/2020 que “*Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, a Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, o Decreto-Lei nº 1.383, de 26 de dezembro de 1974, a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, e a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, transfere para a União as ações de titularidade da Comissão Nacional de Energia Nuclear representativas do capital social das Indústrias Nucleares do*

Brasil S.A. e da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A e dá outras providências.”

- ✓ Estudo Técnico jurídico do PLP 135/2020 que “*Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade, e a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, para modificar a natureza e as fontes de receitas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), incluir programas desenvolvidos por organizações sociais entre as instituições que podem acessar os recursos do FNDCT.*”

- ✓ Estudo Técnico jurídico do PLP 137/2020 que “*Cria fonte de recursos para o enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016.*”

- ✓ Estudo Técnico jurídico do MSC 409/2019 que dispõe sobre a “*Decisão Ministerial sobre Competição nas Exportações (WT/MIN(15)/45*WT/L/980), acordada pelos estados membros na 10ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 19 de dezembro de 2015, na cidade de Nairóbi.*”

- ✓ Estudo Técnico jurídico do MSC 77/2020 que dispõe sobre o “*Texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos*

Países Baixos, com relação a Sint Maarten, assinado em Brasília, em 8 de julho de 2019.”

- ✓ Estudo Técnico jurídico do MSG 36/2020 que dispõe sobre o “*Texto Do Acordo Sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, assinado em Brasília, em 8 de julho de 2019.*”

- ✓ Estudo Técnico jurídico do PDL 568/2019 que aprova o “*Texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão sobre Assistência Administrativa Mútua e Cooperação em Assuntos Aduaneiros, assinado em Brasília, em 14 de setembro de 2017.*”

- ✓ Estudo Técnico jurídico do PL 3477/2020 que “*Dispõe sobre a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, aos alunos e professores da educação básica pública.*”

- ✓ Estudo Técnico jurídico da MPV 1003/2020 que “*Autoriza o Poder Executivo federal a aderir ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility e estabelece diretrizes para a imunização da população.*”

- ✓ Estudo Técnico jurídico do PL 5191/2020 que “*Altera a Lei nº 8.668, de 25 de junho de 1993, para instituir os Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro), e a Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004; e dá outras providências.*”

- ✓ Estudo Técnico jurídico do PL 5387/2019 que *“Dispõe sobre o mercado de câmbio brasileiro, o capital brasileiro no exterior, o capital estrangeiro no País e a prestação de informações ao Banco Central do Brasil.”*

- ✓ Estudo Técnico jurídico do PL 5029/2020 que *“Estabelece o aumento da participação da União no Fundo Garantidor de Operações (FGO), no montante equivalente ao dos recursos devolvidos a União em conformidade com os §§ 4º e 5º do art. 10 da Lei nº 14.043, de 19 de agosto de 2020.”*

- ✓ Estudo Técnico jurídico do PL 1422/2019 que *“Altera as Leis nºs 7.116, de 29 de agosto de 1983, 9.454, de 7 de abril de 1997, 13.444, de 11 de maio de 2017, e 13.460, de 26 de junho de 2017, para adotar número único para os documentos que especifica e para estabelecer o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) como número suficiente para identificação do cidadão nos bancos de dados de serviços públicos.”*

- ✓ Estudo Técnico jurídico do PL 4113/2020 que *“Institui normas de caráter transitório aplicáveis a parcerias celebradas pela administração pública, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e dá outras providências.”*

- ✓ Estudo Técnico jurídico do PL 5675/2013 que *“Altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, para reduzir a pena imputada aos crimes contra as relações de consumo, e a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para estabelecer a inversão do ônus da prova para a*

comprovação pelos fornecedores da adequação dos seus produtos ou serviços ao consumo e ao uso.”

- ✓ Estudo Técnico jurídico do PL 2809/2020 que *“Altera a Lei nº 13.650, de 11 de abril de 2018, e prorroga até 31 de dezembro de 2020 a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) estabelecida pelo art. 1º da Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020.”*

- ✓ Estudo Técnico jurídico do PL 7843/2017 que *“Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública; altera as Leis nºs 7.116, de 29 de agosto de 1983, 13.460, de 26 de junho de 2017, 12.682, de 9 de julho de 2012, e 12.527, de 18 de novembro de 2011; e dá outras providências.”*

Através do presente, outorgo geral e plena quitação da quantia mencionada e recebida.

Belo Horizonte, 04 de janeiro de 2020.

FREDERICO SA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
CNPJ: 33.507.928/0001-16
Representante legal: Frederico Augusto Carvalho de Sá
CPF: 031.641.026-82

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/A436-AB5A-361E-E2A7> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: A436-AB5A-361E-E2A7



Hash do Documento

0078FF8FBF47988638429788B9584FEDB5A60D102370ECD445B3BF881E4DA402

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 05/01/2021 é(são) :

- Frederico Augusto Carvalho de Sá - 031.641.026-82 em
05/01/2021 14:11 UTC-03:00

Nome no certificado: Frederico Augusto Carvalho De Sa

Tipo: Certificado Digital

